

Pedro Parente negociará dívida com governadores

por Liliana Enriqueta Lavoratti
de Brasília

Os 26 governadores que se reuniram ontem em Brasília saíram da capital federal apenas com uma conquista: o presidente Fernando Henrique Cardoso, que os recebeu no Palácio do Planalto, nomeou o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, para ser o interlocutor junto ao governo federal na discussão da rolagem das dívidas. Os governadores querem uma resposta em vinte dias. Eles também fizeram reivindicações junto aos poderes Legislativo e Judiciário.

O alongamento dos prazos de pagamento e a redução das taxas de juro das dívidas dos estados com a União, inclusive as roladas há dois anos e em dezembro passado, foram as principais reivindicações dos governadores, que são de todos os partidos. Eles apóiam o fim da estabilidade do servidor público na reforma administrativa e exigem do governo federal medidas na área social.

O Judiciário foi apontado como o principal vilão da crise financeira dos estados, essencialmente por conceder liminares obrigando os governadores a pagar dívidas trabalhistas de valores vultosos. Na reunião, o governador de São Paulo, Mário Covas, chegou a se quei-

rar, indignado, de que "um mero juiz de interior" havia concedido liminar cobrando R\$ 4,5 bilhões.

Um documento básico, elaborado pelo governador do Rio Grande do Sul, Antônio Britto, foi deixado de lado. Houve duas versões: uma de que ele trazia implícita uma posição muito favorável a Fernando Henrique Cardoso; a outra de que desviava a atenção das questões centrais em favor de outras consideradas periféricas.

O anfitrião, Cristóvam Buarque, do Distrito Federal, apresentou um segundo texto que enfatizava a necessidade de os governos federal e estaduais atuarem juntos em favor das questões sociais — como a reforma agrária, programas contra o desemprego, de educação e saúde pública. Mas prevaleceu a idéia da apresentação oral. O porta-voz foi o próprio Britto:

"Resolvemos deixar de lado o documento básico para melhor aprofundar a discussão", disse o governador de Goiás, Maguito Vilela. Nesse documento, Britto propunha o congelamento dos salários dos servidores públicos, enquanto os estados não cumprissem a Lei Rita Camata — que estabelece o teto da folha de pagamento em 60% da receita líquida. Também incluía a redução da jorna-

da de trabalho com consequente diminuição da remuneração, além de maior agressividade nos programas de demissão incentivada já realizados por alguns estados.

Covas foi uma espécie de estrela, segundo vários governadores presentes ao encontro. Partiu dele, por exemplo, a idéia de formar uma comissão para voltar a se reunir com representantes do governo dentro de vinte dias. O objetivo é que o próximo encontro sirva para analisar as medidas concretas, entre elas as respostas do governo federal aos pleitos dos governadores para a rolagem das dívidas.

O governador do Paraná, Jaime Lerner, chamou de "nosso Proer" (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) o conjunto de medidas encaminhadas ao governo federal. Uma delas é a transformação de Títulos de Dívida Agrária (TDAs) em moedas que sirvam para desapropriar áreas destinadas ao assentamento de famílias de trabalhadores rurais.

Outro ponto ressaltado por Lerner é a revisão dos fundos de pensão dos estados e das aposentadorias dos servidores públicos. Segundo Lerner, "30% da folha de pagamento do Paraná vai para os aposentados".

Depois de permanecerem quatro horas reunidos na residência oficial do governador do Distrito Federal, Cristóvam Buarque, os governadores foram ao Palácio do Planalto, e mantiveram encontros com o presidente do Congresso, senador José Sarney, e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Sepúlveda Pertence. Ele se ofereceu como intermediário nas negociações entre governos estaduais e tribunais de Justiça para reduzir as liminares contra os estados, conforme apurou a repórter Mariângela Gallucci.

Sepúlveda disse aos governadores que entende as dificuldades dos estados com a estabilização da moeda, mas afirmou que é dever do Judiciário aplicar a lei. Sobre as ações para pagamento de precatórios — dívidas judiciais dos estados originadas de ações trabalhistas — os governadores propuseram formas alternativas de pagamento, como parcelamentos. Pertence, que irá se encontrar na sexta-feira com presidentes de tribunais de Justiça, disse que vai informá-los sobre a proposta dos governadores.

Os governadores também citaram o duodécimo (orçamentos mensais dos tribunais de Justiça) como "calcanhar-de-aquiles dos estados". Pertence disse que o Judiciário lutou noventa anos para conseguir sua autogestão e que a quantia tem de ser depositada.